

AVALIAÇÃO EM PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM E O “MEMORIAL” COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO MEDIADORA E FORMATIVA

Alessandra Berto da Costa; Orientador (a): Francisca Pereira Salvino

Universidade Estadual da Paraíba

alessandraberto6@gmail.com; fransalvino@gmail.com

Resumo

A avaliação é um instrumento utilizado para acompanhar o desenvolvimento do aprendizado do aluno, mais especificamente da criança, pois se trata aqui da educação infantil e fundamental I, a avaliação passou por muitas modificações ao longo dos anos, afetando de maneira direta os resultados do rendimento dos alunos, sejam esses resultados positivos ou negativos. A avaliação tem grande poder no desenvolvimento do educando e necessita ser bem pensada e muito bem aplicada. A partir desta apreciação, a avaliação é aqui apresentada a partir da concepção de autores estudados ao longo de um estudo bibliográfico, que tem como objetivo analisar as diferentes modalidades, níveis de abrangência de instrumentos avaliativos e métodos de análise de resultados obtidos a partir da utilização de um método avaliativo denominado memorial acadêmico, que foi desenvolvido ao longo do componente curricular Planejamento e Avaliação Educacional II, ministrados no 4º período da Licenciatura em Pedagogia oferecida pela universidade Estadual da Paraíba (UEPB), ministrado pela professora Francisca Pereira Salvino. Conclui que para que a avaliação seja eficiente e eficaz dentro do processo de ensino e aprendizagem, o aluno, que é o principal sujeito do processo, precisa se sentir respeitado em sua construção escolar. Afinal, somos seres sociais, com competências e experiências distintas.

Palavras-chave: Avaliação, Desenvolvimento, Memorial Acadêmico.

Introdução

Este trabalho consiste em um relato de experiência sobre as aulas do componente Planejamento e Avaliação Educacional II, ministrados no 4º Período de Licenciatura em Pedagogia, no turno da manhã, realizados na Universidade Estadual da Paraíba, pela professora e doutora em Educação Francisca Pereira Salvino. A disciplina tem como objetivo geral, analisar significados de avaliação, articulados a diferentes teorias pedagógicas e curriculares, bem como analisar suas diferentes modalidades, níveis de abrangência, instrumentos avaliativos e métodos de análise de resultados obtidos.

O trabalho resulta de um estudo bibliográfico realizado nos meses de março e abril de 2018, quando ficou combinado entre alunas do componente curricular Planejamento e Avaliação Educacional e a professora Francisca Salvino, de que a avaliação da disciplina seria por meio da elaboração de memorial acadêmico, entendido como um potencial instrumento de avaliação mediadora e formativa. Para uma melhor compreensão o artigo está organizado em três seções, a saber: a primeira na qual se aborda a avaliação como um instrumento de poder do professor sobre o aluno, centralizado no professor, porém todo o coletivo de alunos em sua subjetividade, assim como seu contexto extra sala de aula, com o olhar de outros profissionais da educação que compõe o corpo escolar; a segunda se aborda a postura do professor que é baseada em sua forma de enxergar o mundo, ou seja, a partir dos seus princípios e crenças, desconsiderando muitas vezes a subjetividade, o contexto sócio-político e econômico do seu aluno. Baseando a sua avaliação num contexto meritocrático e excludente; e a terceira seção trata do uso da avaliação pelo professor como um instrumento de poder e controle sobre o aluno, sob o discurso de mantimento da ordem, e bom comportamento em sala de aula. Muitas vezes a avaliação está atrelada ao juízo de valor, no qual o professor considera a postura de concordância do aluno, conforme o que é estabelecido pelo professor, conforme seus critérios pessoais.

A concepção de educação e a avaliação

Como assevera Libâneo (2013), a avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Por meio dela, os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados, a fim de constatar progressos, dificuldade e reorientar o trabalho para correções necessárias. Todavia para que a avaliação seja

desenvolvida de forma satisfatória, é preciso perceber qual a função da escola na vida dos sujeitos.

Em linhas gerais, entende-se que educar é formar um cidadão, e este, deve ser capaz de compreender e de posicionar-se acerca de questões políticas e sociais, é torna-lo reflexivo, sendo capaz de questionar as “verdades” pré-estabelecidas, tornando-se assim um sujeito habilitado também de transformar a sua realidade e/ou do seu grupo, mas a priori a sua própria realidade e/ou do seu grupo.

Segundo a Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB, 1996), a Escola tem como função social formar o cidadão, desse modo, garantir as finalidades registradas em seu Art. 2: “A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996). Ou seja, função da escola é formar um cidadão qualificando-o para o mercado de trabalho. Portanto, para passar por esse processo de educação e formação, faz necessário a utilização da avaliação escolar como instrumento de aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem.

A educação aqui tem como proposta a integralidade na formação oferecida, pois as dimensões sejam elas sociais, intelectuais, físicas, emocionais sociais e culturais, devem ser desenvolvidas em sua plenitude no contexto escolar, proporcionando ao aluno o desenvolvimento de competências, acadêmico-científicas, sócio interativas, considerando o educando como um ser completo. Adaptando o contexto escolar a realidade apresentada pelo aluno, não ao contrário. Um exemplo prático disse é o uso de alguns instrumentos avaliativos, como a Provinha Brasil, que é um instrumento de avaliação padronizado aplicado a crianças do ensino fundamental I, desconsiderando as divergências culturais e subjetivas que existem pela própria extensão territorial que o Brasil apresenta, tais quais os Ribeirinhos que moram em áreas de difícil acesso terrestre, na Amazônia, tenham o mesmo contexto social, que crianças que moram em grandes polos urbanos localizados no sudeste do país.

O ato de educar, está para além de ditar regras, assim como, o ato de avaliar está para além de mensurar, medir ou comparar. Mas é também, refletir, compreender e considerar o contexto sócio-político, familiar, religioso e cultural do aluno avaliado.

De acordo com Fernandes e Freitas (2008, p. 20), a avaliação é uma das atividades que ocorre no processo pedagógico, é uma atividade que “parte do princípio de que todas as pessoas são capazes de aprender e de que as ações educativas, as estratégias de ensino, os conteúdos das disciplinas devem ser planejados a partir dessas infinitas possibilidades de aprender dos estudantes”.

Todos os processos cotidianos estão sujeitos a avaliações distintas, assim como ocorre também nas escolas. Segundo Fernandes e Freitas (2008), a avaliação escolar se estende à avaliação da aprendizagem dos estudantes, avaliação das instituições e avaliação dos sistemas escolares. Assim, avaliar é mais que medir a aprendizagem do aluno, quando lhe é atribuída uma nota. Mas esta deve acontecer ao longo do processo de aprendizagem, com o objetivo de reorientar o aluno nos processos não assertivos, recebendo o nome de avaliação formativa. Assim, quando ocorre ao final do processo, nomeia-se avaliação somativa. Todavia, a avaliação classificatória, que atribui provas como único modelo traz um fator de exclusão escolar, pois já se comprovou o grande índice de evasão escolar por meio de reprovação.

É possível concebermos uma perspectiva de avaliação cuja vivência seja marcada pela lógica da inclusão, do diálogo, da construção da autonomia, da mediação, da participação, da construção da responsabilidade com o coletivo. (FERNANDES E FREITAS, 2008, p.20)

Deve-se considerar que as propostas escolares devem possibilitar que se experimente as distintas probabilidades de aprender, uma vez que os estudantes aprendem de formas diferentes, em ritmos e tempos diferentes, o que torna o processo heterogêneo. Mas para que se construa a autonomia no estudante, é necessário que lhe seja requisitada a sua compreensão e participação a partir do seu contexto, tornando-lhe ativo no processo de aprendizagem. A avaliação deve ser formativa, na qual o professor ajuda ao aluno a localizar suas dificuldades e suas potencialidades, reorientando para outros percursos. A avaliação é um instrumento que direciona os caminhos que o professor deve seguir em relação ao currículo, os processos avaliativos e instrumentos, ou seja a avaliação não é meramente uma ajudadora do processo de desenvolvimento do aluno, mas um recurso que se bem utilizado favorece o professor enquanto avaliador do percurso escolar.

Na construção de um processo avaliativo integral, o professor deve evitar o uso do juízo de valor, que possa ser pejorativo e desclassificatório para com o aluno, fazendo com que este “desacredite” do aluno, por seu mau comportamento, ou contexto social. Segundo Fernandes e Freitas (2008), o que viabiliza uma melhor qualidade do ensino são professores bem formados e informados; condições de trabalho; recursos materiais; escolas arejadas, claras e limpas, com mobiliário adequado, com espaços de estudo, de pesquisa e prazer para professores e estudantes, fazendo uso destes recursos com responsabilidade e serenidade.

Predispor-se a momentos de pensar sobre o que se observa possibilita interpretar em termos didáticos, epistemológicos e relacionais as respostas dos alunos e suas manifestações em múltiplas linguagens, transformando as práticas avaliativas em mediadoras, construídas na direção de seus diferentes interesses e necessidades (Hoffmann, 2014, p.46).

Nesta ótica, é preciso apreciar e elucidar o desenvolvimento de cada aluno, registrando as atuações dos alunos em um dossiê, de forma clara e organizada. Hoffmann (2014) sugere uma avaliação mediadora, que não somente atribui nota ao aluno, mas responsabiliza-se em promover aprendizagens, à partir de seus percursos individuais. Com estas ações no cotidiano docente, surte um melhoramento na prática da leitura e escrita tanto para alunos, quanto para os professores. Ainda na visão de Hoffmann (2014), Interpretar ideias e avaliar aprendizagens não é uma tarefa fácil mas complexa e que exige compromisso, envolvimento, tempo e persistência do professor. É de suma importância que o professor perceba as capacidades ou debilidades que os alunos ofereçam no momento da avaliação.

É importante registrar ainda, que a resposta dos alunos está diretamente ligada ao cenário criado pelo educador. Se o professor, usa um tom de voz, se assume uma postura acolhedora, ou se o professor assume uma postura agressiva na condução dos seus trabalhos, a resposta que o aluno oferta a estas práticas, é totalmente diferente em cada uma destas situações. O que pode ocorrer em muitos casos, é que o aluno crie um bloqueio para com o contexto escolar em si, este, ainda precisa estar interligado as atividades avaliativas, pois se as atividades são totalmente rígidas e objetivas, quando as práticas cotidianas do professor, são mais democráticas e subjetivas, é óbvio que, tornam as práticas e a aprendizagens incoerentes para os alunos.

Educação exige confiança e aproximação, não separação e oposição entre os elementos do ato educativo, diz Hoffmann (2008). Com isso, os tipos relações afetivas entre os agentes da educação são determinantes para levar segurança ou inseguranças aos alunos. Se o aluno está inserido em um ambiente de tensão e hostilidade, esses fatores tornam muito mais difícil o desenvolvimento da aprendizagem, segundo Hoffmann:

O cenário criado pelo educador tais como o tom afetivo ou agressivo na condução dos trabalhos, os tempos destinados às situações de aprendizagem, os recursos disponibilizados e outros aspectos, pode ser diretivo e limitador das respostas dos alunos ou, ao contrário, provocativo e convidativo à aprendizagem (HOFFMANN, 2014, P. 49-50).

Ciclos de aprendizagem

Na tentativa de se oferecer uma melhor formação para os alunos, em 1999 estabeleceu o sistema de ciclos de aprendizagem, pondo fim ao sistema seriado no currículo escolar das escolas públicas, orientando-se pela Lei nº 9.394/1996, Art. 24 (Brasil, 1996). Cada ciclo deveria ter duração de dois anos, prolongando por mais um ano o tempo para alfabetização e sistematização no ensino fundamental, que também passou de 8 para 9 anos em 2006. Essa Lei, pretendia garantir mudanças em relação à estrutura, ao acesso, à permanência e às novas maneiras de gerenciamento da educação em todas as etapas e modalidades, além de assegurar a qualidade, o que parecia distante de ser alcançada. De acordo com Sobral e Salvino (2015):

Cada ciclo tem de dois anos, distribuídos da seguinte forma: 1º ciclo (1ª e 2ª Séries); 2º ciclo (3ª e 4ª); 3º ciclo (6ª e 7ª Séries) e 4º ciclo (8ª e 9ª Séries). Neste regime o aluno não pode ser reprovado anualmente, apenas ao final de cada ciclo, mesmo que não obtenha desempenho de aprendizagem satisfatório (SOBRAL E SALVINO, 2015, P. 218).

O novo modelo de avaliação, gerou a chamada “aprovação automática”, na qual, os alunos não podem ser retidos por mais de um ano, mesmo apresentando graves problemas de aprendizagem. Essa política de ciclos foi criada na tentativa de diminuir os índices de reprovação, analfabetismo e evasão escolar. Contudo, o problema foi apenas adiado, pois os alunos que são aprovados, sem conseguir receber e desenvolver as competências necessárias para a real aprovação, acabam apresentando no 2º ano de cada ciclo, grandes dificuldades. Aumentando assim, a responsabilidade sobre os professores que recebem esses alunos no ano seguinte, que não conseguiram aprender satisfatoriamente os conteúdos propostos. É inegável que, em determinados momentos da vida, estes alunos precisaram das competências, que muitas vezes não foram adquiridas para os processos de aquisição e manutenção na vida laboral.

Uma experiência de avaliação

Na disciplina Planejamento e Avaliação Educacional II, a professora Francisca Salvino, propôs a turma de pedagogia do 4º período da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), a construção de um memorial acadêmico, que foi usado como instrumento avaliativo da I unidade de disciplina lecionada pela mesma, o qual foi bem aceito pela turma, norteados

pela professora foi estudado o texto *Currículo e Avaliação* de Fernandes e Freitas (2008), a partir dele foi elaborado uma resenha, que teve como critérios de avaliação a correta aplicação das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), assim também como as normas da Língua Portuguesa culta, bem como uma boa explanação das ideias dos autores referidos. Foi proposto em sala de aula, a realização de uma resenha textual e posteriormente a esta, a troca entre os estudantes, foram sugeridos critérios a serem avaliados como: A identificação das ideias principais do texto, a capacidade de síntese, interpretação e compreensão textual, as normas da estrutura do texto como referências, parágrafos, correção de possíveis erros de ortografia, concordância, pontuação e acentuação, assim como as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A experiência trouxe à tona algumas discordâncias entre os colegas, pois a subjetividade de cada avaliador, é questionável, em relação a critérios que não foram propostos a princípio, porém a prática é que a avaliação estava em si na produção textual, e não na pessoa que produziu o texto. Algumas alunas avaliaram as produções com maior rigor, e outras com menor rigor a depender da interação que existia entre as mesmas, sem dúvidas, o olhar do avaliador passou pelo crivo da amizade, ou afinidade, considerando assim a subjetividade de quem estava avaliando. Em um contexto em que pessoas estão avaliando umas às outras, estando inseridos na mesma categoria de alunos, gerou discursões e posteriormente reflexões acerca do ato de avaliar.

O memorial serviu como registro das experiências vividas ao longo da I unidade do componente curricular. Nele foram registradas impressões de todo o conteúdo estudado, bem como a experiência de avaliar e de participar de uma avaliação formativa.

Considerações Finais

Para que a avaliação seja eficiente e eficaz dentro do processo de ensino e aprendizagem, o aluno, que é o sujeito principal do processo, precisa se sentir respeitado em sua construção escolar. Afinal, somos seres sociais, com competências e experiências distintas. Mas também, somos comuns no quesito humanidade. A capacidade de interação com outras pessoas, gerando e recebendo aprendizagens, se faz importante a questão da diversidade. Pois, se um aluno não consegue “tocar” em um determinado grupo, o professor como um mediador, pode estimular esse contato do aluno com esse grupo até então, diferente. A avaliação escolar como um componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os

objetivos propostos e, daí, orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas seguintes.

Assim, a partir da observação prévia do professor, em relação aos contextos dos grupos distintos, ele tem uma rica oportunidade de promover a troca de conhecimentos, assim como, criar novas aprendizagens. Pois a medida que o aluno aprende mais sobre algo, ele fala melhor sobre isso. Daí, o professor de avaliação mediadora, sensível e responsável, produz no grupo novos conhecimentos e acima de tudo respeito a todos os contextos, de alunos e até professores no processo de ensino e aprendizagem.

Dessa maneira, a avaliação deve ser dotada de instrumentos que facilitem o processo de ensino e aprendizagem do aluno, como também o desenvolvimento do professor em suas atividades, a exemplo disso o uso do memorial, que proporcionou a ao alunos avaliados uma reflexão acerca de tudo o que foi estudado no componente Planejamento e Avaliação Educacional II.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece Diretrizes e Bases Para a Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira; FREITAS, Luiz Carlos de. **Currículo e avaliação-** Indagações sobre currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2008.

HOFFMANN, Jussara. **O jogo do contrário em avaliação/** Jussara Hoffmann. – 9.ed. – Porto Alegre: Mediação, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática/** José Carlos Libâneo. – 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

SILVEIRA, Frederico da; SILVA, Eliane Moura; PEREIRA, Valmir. **Cotidiano Escolar e Práticas Pedagógicas.** / [Alessandro Frederico da Silveira; Eliane de Moura Silva; Luciano Barbosa Justino; Paula Almeida de Castro; Valmir Pereira (Organizadores). – Campina Grande, EDUEPB, 2015.